

DESAFIOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DE TÉCNICOS DO PARQUE DA CIDADE DOM NIVALDO MONTE EM NATAL (RN)

Deborah Coutinho Pereira¹

Sueli Aparecida Moreira²

Luiz Sodré Neto³

Fábio de Oliveira Matos⁴

Madgi Ahmed Ibrahim Aloufa⁵

Resumo: Desenvolveu-se o presente estudo com o objetivo de obter a perspectiva de educação ambiental adotadas pelos técnicos do Parque da Cidade, Natal-RN. Trata-se de estudo de natureza qualitativa e exploratória com a aplicação de instrumento semiestruturado com 11 técnicos. A categorização dos dados mostrou que as atividades desenvolvidas no Parque atende um perfil de usuário diversificado. A perspectiva de educação ambiental dos técnicos apresenta-se generalista e conservadora. Os maiores desafios decorrem da complexidade da gestão pública.

Palavras-chave: Parque Urbano; Unidade de Conservação; Meio Ambiente Urbano.

Abstract: The present study was developed with the objective of obtaining the perspective of environmental education adopted by the technicians of Parque da Cidade, Natal-RN. This is a qualitative and exploratory study with the application of a semi-structured instrument with 11 technicians. The categorization of the data showed that the activities developed in the Park serve a diverse user profile. The technicians' environmental education perspective is generalist and conservative. The biggest challenges arise from the complexity of public management.

Keywords: Urban Park; Conservation Unit; Urban Environment.

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: deborahcouth@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: suelimoreira@yahoo.com.br

³Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: luizsodre@ufcg.edu.br

⁴Universidade Federal do Ceará. E-mail: fabiomatos@ufc.br

⁵Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: magdialoufal@gmail.com

Introdução

O Parque Natural Municipal Dom Nivaldo Monte, localizado em Natal-RN, é uma Unidade de Conservação em área urbana, portanto configura-se como espaço onde a lógica do pensamento humano entra em conflito com a busca de convivência das sociedades citadinas com as suas áreas verdes. Historicamente, a necessidade por espaços verdes em meio à poluição em decorrência da Revolução Industrial entre os séculos XVIII e XIX trouxe à população a vontade de voltar a frequentar ambientes naturais para respirar um ar de melhor qualidade. Então, nesse período foram sendo criados os primeiros modelos de Unidades de Conservação, os Parques Urbanos, marcados como uma zona de refúgio nas grandes cidades que se tornavam cada vez mais insalubre (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Oficialmente, apenas no final do século XVIII e início do XIX que surgiram os primeiros Parques Urbanos no Brasil, tendo como principal público a elite local, servindo a eles como espaço de encontro, conversas, lazer e contemplação da natureza. O primeiro parque urbano brasileiro foi o Passeio Público do Rio de Janeiro, cuja construção data de 1783 (MACEDO; SAKATA, 2003); (LIMA; ROCHA, 2009).

Somente na segunda metade do século XX, sob o contexto da intensificação dos debates ambientais, é percebido que o processo de criação de Parques Urbanos eclode em diversas cidades do Brasil e do mundo. Como conquista, ocorreu a criação de mais de 30 Parques em Curitiba-PR, 24 em São Paulo-SP, 15 em Salvador-BA e 07 em Ribeirão Preto-SP. Tal modismo na criação de parques, mesmo com discursos distintos, buscava dar um perfil moderno aos projetos urbanísticos nas referidas cidades, estabelecendo uma sintonia com o que vinha sendo discutido ao redor do planeta acerca de meio ambiente. Preocupar-se com a preservação do verde e com a prevenção dos riscos ambientais nas grandes cidades era sinônimo de atenção com a qualidade de vida da população (GOMES, 2014).

Contudo, somente com a implementação da legislação ambiental e urbanística que as práticas preservacionistas dos processos ecológicos e da biodiversidade passaram a fazer parte da agenda do planejamento territorial e urbano nas diferentes esferas públicas, sempre com certa resistência política. A capital do Rio Grande do Norte vem inserindo em seu contexto urbano as áreas protegidas por lei desde 1994. Com o macrozoneamento da cidade, onde se estabeleceu restrições de uso para essas áreas, sendo criado após essa época o Parque Natural Municipal Dom Nivaldo Monte ou Parque da Cidade, *locus* da pesquisa, que é uma Unidade de Proteção Integral regulamentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000).

O SNUC surgiu no Brasil para implementar áreas protegidas como estratégia de conservação da natureza, ou seja, tornar esses parques urbanos protegidos por lei. Com isso, a lei que o regulamenta é a 9.985 de 18 de julho de 2000. As áreas de proteção são divididas por este órgão em duas categorias: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As

Unidades de Proteção Integral possuem algumas restrições de uso. A visitação pública e a pesquisa científica estão sujeitas às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade às regras estabelecidas pela administração do parque, ou seja, o órgão responsável e àquelas já previstas em regulamento (BRASIL, 2000). Porém, o sistema sozinho não tem possibilitado soluções definitivas para a problemática da conservação de áreas verdes, principalmente em zonas urbanas. Faz-se necessário complementar esses sistemas com a inclusão de diversas atividades tal qual a Educação Ambiental - EA (DIEGUES, 2001).

Nesse contexto, as atividades educativas desenvolvidas nas Unidades de Conservação se tornaram uma estratégia para que os sujeitos possam compreender os princípios ecológicos para que haja um entendimento maior das problemáticas relacionadas ao meio ambiente e suas possíveis soluções, compondo um dos principais mecanismos para a sustentabilidade do planeta, sendo um passo primogênito para um posicionamento mais crítico (CAPRA, 1996). Atualmente há um crescente reconhecimento por parte dos gestores desses parques urbanos espalhados pelo país, cujos processos educativos que envolvem a conservação da biodiversidade necessitam ultrapassar a etapa de sensibilização, partindo das percepções e necessidades dos atores locais afim de estabelecer um processo de aprendizado cooperativo e corresponsável (CERATI; SOUZA, 2009).

Modalidades e vertentes da Educação Ambiental

Em sentido amplo, a Educação como um todo, abarca três modalidades: a Educação formal, a Educação não formal e a Educação informal. Toda educação pode ser formal no sentido de ter uma intencionalidade (GADOTTI, 2005). Entretanto, este autor nomeia a Educação Formal como aquela que possui objetivos específicos e claros, a exemplo o currículo pedagógico, com estruturas ordenadas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com fiscalização de órgãos e dos ministérios da educação. Esse tipo de educação é representado pelas escolas e universidades. Já a Educação não formal em geral é mais generalizada, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não formal não são obrigados a seguir um sistema formal e hierárquico como é na educação formalizada. Podem ter qualquer duração, e podem (ou não) oferecer certificação. Essa vertente da educação, por ser menos burocrática, é a mais difundida nas Unidades de Conservação. Por fim, a Educação Informal perpassa na família, nas igrejas, entre os amigos, entre grupos comunitários; esse tipo de educação é baseado nos valores culturais históricos repassados entre as gerações.

De modo específico, a Educação Ambiental (EA) deve primar pela sustentabilidade. A EA tem como um de seus objetivos formar cidadãos conscientes de sua relação com a natureza e com seu habitat. Independentemente da metodologia, deve primar pela formação de pessoas conscientes de seu papel e de sua relação com o meio ambiente, através do

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 5: 196-212, 2020.

uso racional dos recursos naturais, para que tanto esta quanto as futuras gerações possam também usufruir deles (NEIMAN; RABINOVICI, 2002).

Contudo, no que corresponde à Educação Ambiental, existem duas vertentes que mais atuam na atualidade, são elas a EA crítica e EA conservacionista. A tendência Conservacionista de acordo Layrargues (2012), se sobressai por meio das correntes conservacionista, naturalista, da Alfabetização Ecológica que são meios que conduzem o aluno a compreender, ler e descrever o meio ambiente que o rodeia, buscando as soluções dos problemas ambientais. Essa tendência se atualizou desde a virada do século e tem como exemplo de atividades o ecoturismo, as trilhas interpretativas, a biodiversidade, as unidades de conservação, os biomas específicos, o escotismo e a observação de aves, alguns exercícios de agroecologia e de senso percepção. Nessa vertente os indivíduos aparecem sem distinção e igualmente responsável e vítima da crise ambiental atual. O problema seria o impacto do homem sobre o meio ambiente sem qualquer relação com as práticas sociais.

Enquanto a EA crítica foi construída pensando na contestação das tendências conservadoras do início dos anos 90, essa vertente é consequência da insatisfação com o predomínio de práticas educativas sempre baseadas por atividades pedagógicas simplistas que investiam apenas em escolas e em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado. Então a EA crítica se torna diferente, por compreender que o problema ambiental pode estar associado ao conflito social. Esta vertente está preocupada em medir a relação entre humano e a natureza e as relações socioculturais e históricas deles, apresentando uma abordagem que contextualiza e problematiza as contradições do modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo e luta contra as formas de tirania, prepotência, exploração e domínio, considera a política no debate ambiental e articula as diversas dimensões desta questão (LAYRARGUES, 2012). Contudo, a EA Conservacionista ainda tem se mostrado a vertente dominante, propagada em todas as esferas educacionais, baseada na transmissão de conhecimentos ambientais corretos e a partir disso, apostando na transformação da sociedade. Porém, esse modelo de EA não surte o efeito desejado, já que na realidade ainda estamos lidando com o crescimento da degradação ambiental no Brasil e no mundo (GUIMARÃES, 2004).

Para o alcance maior da vertente crítica, seja nas Unidades de Conservação ou em escolas, a EA precisa construir uma ferramenta que promova uma atitude crítica para que haja uma compreensão mais complexa e politizada da problemática ambiental com a participação dos sujeitos, o que indica uma ênfase em práticas sociais flexíveis, baseadas na cooperação entre os indivíduos. A admissão da educação ambiental numa percepção crítica ocorre na medida em que o professor ou instrutor assume uma postura reflexiva. Isto melhora o entendimento dos processos ambientais educativos como um exercício político-pedagógico que evidencia a viabilidade de motivar e sensibilizar a sociedade, para persuadir sobre as diversas maneiras de

participação em potenciais fatores de incentivo da população para a ampliação do comprometimento socioambiental (JACOBI, 2005).

O presente estudo assumiu um referencial de análise a favor de uma EA Crítica, pelo potencial dessa macrotendência de afastar a visão generalista da mudança de comportamento individual e a percepção fragmentada do meio ambiente, bem como pela capacidade de análise das questões sociais para a efetiva transformação da sociedade perante a questão ambiental. O objetivo principal foi analisar a perspectiva dos técnicos do Centro de Educação Ambiental (CEA) do Parque Dom Nivaldo Monte, Natal/RN, para identificar os desafios de implementação de Educação Ambiental.

Metodologia

Área de estudo

A pesquisa foi desenvolvida em uma Unidade de Conservação (UC) localizada na zona urbana de Natal-RN. A área é denominada Parque Natural Municipal Dom Nivaldo Monte, mais conhecido como Parque da Cidade e se localiza entre os bairros Candelária, Cidade Nova e Pitimbu. As coordenadas correspondentes são: 5.851133° S 35.228015° O. Atualmente, o parque possui 148,68 hectares e é considerado uma Unidade de Proteção Integral com gestão municipal.



Figura 1: Delimitação do Parque da Cidade em Natal-RN.

Fonte: Adaptado de NATAL (2008).

O Parque da Cidade foi criado pelo Decreto Municipal nº 8.093, de 02/01/2007 e está inserido na Zona de Proteção Ambiental I (ZPA-1) da cidade de Natal sendo admitido o uso de atividades de pesquisa, educação ambiental, visitação, recreação e turismo em sua localidade (SEMURB, 2017). O Parque tem como objetivos primordiais a preservação da fauna e flora, a educação e a pesquisa, sendo um espaço de conhecimento, lazer e qualidade de vida para

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 5: 196-212, 2020.

os natalenses e turistas. A UC está cadastrada no Sistema Nacional Unidade de Conservação, do Ministério do Meio Ambiente. Pertence ao bioma Mata Atlântica, que é constituído por ecossistemas de dunas e possuem predominantemente uma vegetação de restinga (SEMURB, 2017).

O Parque da Cidade possui um Centro de Educação Ambiental (CEA), onde se planejam atividades para comunidade visitante. O CEA conta com 13 técnicos. Atualmente são atendidas escolas, grupos de idosos, ONG's, ou outros grupos que agendem um dia e horário. Existe um roteiro padrão, tanto para visitas matutinas, quanto vespertinas. Dentre as atividades estão trilha guiada, palestra, visita à sala de exposição (local com amostra de espécies da fauna e flora do parque), visita à biblioteca local (momento para leitura), ida ao Memorial de Natal e visita ao viveiro de mudas. Além dessas atividades há também projetos voltados para o público infantil que é a contação de histórias; e projetos do final de semana para o público em geral (um sábado por mês).

Método

A pesquisa apresenta princípios da investigação qualitativa e exploratória. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário elaborado pelos autores, composto por questões subjetivas, pelo qual pretendia conhecer a perspectiva dos técnicos responsáveis pela Educação Ambiental no Parque da Cidade, as atividades por eles exercidas, as dificuldades que a área de conservação enfrenta, além de mensurar suas expectativas futuras e acertos a respeito do Parque. A pesquisa qualitativa possibilita a compreensão de questões que não podem ser quantificadas como os anseios, os sentimentos, as motivações e expectativas individuais (Silva *et al.*, 2011).

A atividade de campo compreendeu a aplicação de questionários com os técnicos do Centro de Educação Ambiental. Ao longo da pesquisa foram realizadas visitas ao Parque Dom Nivaldo Monte e foram aplicados 11 questionários com a equipe técnica do Centro de Educação Ambiental. Eles foram selecionados de acordo com seu cargo/função. A aplicação ocorreu no mês de maio de 2018. Os conceitos norteadores da pesquisa facilitaram a obtenção da perspectiva de todos os técnicos do Centro de Educação Ambiental a respeito da Educação Ambiental e conservação do meio ambiente, visando compreender a dinâmica das atividades exercidas por eles e as contribuições para conservação do Parque Dom Nivaldo Monte e sensibilização dos participantes.

A coleta de dados foi realizada segundo as diretrizes éticas da Resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS/MS 466/2012 para realizar pesquisa envolvendo seres humanos. Então, antes do início cada participante assinou um Termo de Consentimento em duas vias para garantir a livre participação.

A análise incluiu dados de onze questionários (perfil dos técnicos e suas respectivas visões sobre educação ambiental e conservação de áreas verdes urbanas). As entrevistas foram transcritas compondo um *corpus* cujos depoimentos foram identificados com letra e número, permitindo a categorização em temas.

A análise foi norteadas pelas orientações propostas Bogdan e Biklen (2006), nas concepções de natureza de Tamaio (2002) (Quadro 1) e nas concepções de Educação Ambiental de Guimarães (2004), Layrargues (2012) e Jacobi (2005). Estes primeiros autores entendem que à medida que os dados são lidos, repetem-se e destacam-se certas palavras, frases, padrões de comportamento e formas dos sujeitos pensarem sobre os acontecimentos. Desse modo, o pesquisador percorre os elementos na procura de padrões, estabelecendo a partir dos tópicos identificados as categorias de codificação, ou a classificação dos dados descritivos recolhidos. As categorias partem dos objetivos da investigação e um conjunto de dados pode ser codificado de acordo com mais de uma categoria. Enquanto Tamaio (2002), Guimarães (2004), Layrargues (2012) e Jacobi (2005) foram utilizados para análise das categorias encontradas. Então, os conceitos dos autores citados foram adaptados e utilizados para análise da percepção dos técnicos sobre meio ambiente, natureza e conservação ambiental.

Quadro 1: Concepções de Natureza de acordo com Tamaio (2002).

Concepções	Aspectos
Racional	<ul style="list-style-type: none"> • Fonte de recurso para o homem; • Ética utilitarista; • Visão dessacralizada da natureza; • Conjunto mecânico ou amontoado de recursos que cabe ao homem conhecer, explorar e transformar, através do uso da ciência e da técnica; • Leitura antropocêntrica; • Dualismo homem x natureza: o homem agente externo que se beneficia e depende da natureza.
Histórica	<ul style="list-style-type: none"> • Considera condições sociais, históricas, políticas, econômicas e culturais; • Apresenta o homem e a paisagem construída como elementos constitutivos da natureza; • Reintegra o homem à natureza com uma relação marcada pela intencionalidade dos sujeitos;
Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Caráter idílico da relação homem-natureza; • Contraposição à violência social e ambiental do mundo urbano; • Nostalgia da natureza intocada; • Visão de mãe-natureza; • Harmônica, enaltecida, maravilhosa, com equilíbrio e beleza estética; • Dualismo homem x natureza: o homem não faz parte da natureza; • Laços afetivos e poéticos; • Sagrada.
Generalizante	<ul style="list-style-type: none"> • Discursos híbridos e não específicos; • Conceitos amplos, vagos e abstratos; • Tudo é natureza.

Fonte: Adaptado de Tamaio (2002).

Resultados e Discussão

Perfil dos técnicos do Centro de Educação Ambiental

Dentre os onze entrevistados, sete eram mulheres e quatro eram homens. Com faixa etária variando de 20 a 60 anos, com a maioria (36,36 %) na faixa de 31 a 40 anos. Em relação à escolaridade, uma maior quantidade deles possui pós-graduação (*latu sensu*) (54,54 %), seguida de ensino superior completo (27,27 %), ensino médio completo (9,09%) e mestrado (9,09 %), as áreas de formação variam bastante (Tabela 1), formando uma equipe multidisciplinar. O sujeito com nível médio é empregado terceirizado. Dois técnicos não identificaram sua área de formação, porém se denominaram como professores educadores.

Tabela 1: Formação dos Técnicos do Centro de Educação Ambiental, Natal/RN, 2018.

Formação	Quantidade
História	1
Pedagogia	2
Artes - Licenciatura	2
Técnico em Meio Ambiente	1
Ciências Biológicas	1
Ecologia	1

Fonte: Autores (2018).

Em relação à formação dos técnicos encontram-se: historiador, educador ambiental, auxiliar de campo, cargo terceirizado na área da educação ambiental, educador, psicopedagoga, duas arte-educadoras, contador de história infantil, estagiário e ecóloga. Alguns deles trabalham no parque há 10 meses, enquanto outros somam 10 anos de dedicação.

Opinião sobre meio ambiente e educação ambiental

A respeito de “natureza e meio ambiente”, as respostas variaram em subcategorias, que foram analisadas e divididas de acordo com a conceituação de Tamaio (2002) (Quadro 1). Seguindo a linha de concepção do autor, houve uma variação entre conceituações: generalizantes (54,54 %), racionais (36,36 %) e naturais (9,09 %), com nenhuma resposta na categoria “histórica” (Quadro 2). Em relação a suas compreensões sobre “conservação do meio ambiente” (Quadro 3) as respostas também variaram entre racionais (54,54 %), naturais (27,27 %) generalizantes (18,18 %), porém com maior porcentagem na categoria racional. Ou seja, quando se trata de natureza e meio ambiente, os sujeitos ainda possuem uma visão generalista do assunto, com respostas vagas e inconsistentes. Contudo, quando o assunto é conservação do meio ambiente, as conceituações se tornaram mais racionais e consistentes.

Quadro 2: Opiniões de técnicos do Parque da Cidade sobre natureza e meio ambiente. Natal, 2018.

Categoria	Depoimentos
Perspectiva Sobre Natureza e Meio Ambiente	Subcategoria Generalizante (T1) – “Vida, preservação da vida”. (T2) – “Vida.” (T3)– “Vida. A natureza é parte essencial e fundamental para todos nós”. (T4) – “Toda a vida orgânica não humana (animais, plantas, etc)”. (T5) – “Sustentabilidade, preservação”. (T9) – “Sustentabilidade”.
	Subcategoria Natural (T6) – “Preservação do meio ambiente, árvores, animais, etc”. (T7) – “A fauna e a flora”. (T8) – “Plantas, flores, árvores, bosques com animais silvestres”. (T10) – “Um espaço em que a fauna e a flora podem se harmonizar”.
	Subcategoria Racional (T11) – “Meio ambiente envolve o meio biológico e físico e cujo conjunto desses elementos funcionam como um sistema natural que gera interações”.

Fonte: Org. dos autores (2018).

Quadro 3: Perspectiva dos técnicos do Parque da Cidade sobre conservação do meio ambiente. Natal/RN, 2018.

Categorias	Depoimentos
Perspectiva Sobre Conservação Do Meio Ambiente	Subcategoria – Generalizante. (T2) – “Conservação da vida”. (T4) – “Algo como proteger a vida e o que nos mantém vivo”.
	Subcategoria – Natural. (T1) – “Compreendo ser uma ação de conservar os aspectos naturais”. (T5) – “No sentido mais amplo, seria conservar o meio onde vivemos, casa, trabalho, rua e também a fauna e flora”. (T6) – “Manter o meio ambiente conservado a sua fauna e flora”.
	Subcategoria – Racional (T3)– “Conservar é tudo aquilo que você pode usufruir sem destruir”. (T8) – “Manter o meio ambiente e intervir nele quando necessário”. (T7) – “Como preservar os recursos naturais da ação predatória do homem e proteção contra eventos que possam destruir o meio ambiente”. (T9) – “Entende-se por procurar de uma maneira, como a prática de E.A manter e preservar o meio ambiente da ação do homem de forma conscientizada”. (T10) – “Técnicas que contribuem para a manutenção e estudo dos organismos no meio ambiente”. (T11) – “Consiste em medidas/ações preventivas visando a manutenção das características ambientais, ecológicas ou medidas corretivas para a recuperação de um ambiente as condições adequadas – bem estar ambiental”.

Fonte: Org. dos autores (2018).

A temática do meio ambiente abarca-se em categoria não apenas biológica, mas representativa de uma racionalidade social, moldada por comportamentos, aptidões e credos, como também por novos potenciais produtivos. Para que haja uma mudança completa nessa percepção, implica-se

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 5: 196-212, 2020.

uma troca de concepções e de moralidades, e isto deve ser norteado de forma incisiva pleiteando formar as atuais gerações não apenas para concordar com a incerteza e com o futuro, mas para fazer brotar um pensamento mais complexo e aberto às dúvidas, às transições, à pluralidade, à probabilidade de construir e reconstruir num processo constante de novas compreensões, objetivando novos caminhos de ação (MORIN *et al.*, 2003; CAPRA, 2003; LEFF, 2001; 2003).

A percepção ambiental dos técnicos e dos gestores tem uma conotação generalista e naturalista. A maioria deles concebe a EA (Figura 2) sob uma corrente Conservacionista (90,90 %). Apenas um (9,09 %) demonstrou uma visão mais crítica do conceito, pois mencionou além da relação homem-natureza, a relação homem-homem (Quadro 4). Este resultado confirma que a Educação Ambiental ainda é bastante dominada pela corrente conservadora, como dito por Guimarães (2004). A perspectiva adotada requer uma visão mais reflexiva, pois é a partir dessa reflexão que surge a tendência para abordar uma educação crítica (JACOBI, 2005).

Quadro 4: Perspectivas dos técnicos do Parque da Cidade sobre Educação Ambiental segundo Guimarães (2004) Layrargues (2012) e Jacobi (2005).

CORRENTE CONSERVACIONISTA (CARACTERÍSTICAS)
<ul style="list-style-type: none"> • Mudança cultural; • Comportamentalista; • Somatória da transformação individual é igual à mudança da sociedade; • Visão fragmentada e generalizada da realidade, ou seja, relação desintegrada entre a sociedade e a natureza; • Bases ecológicas e afetivas; • Preservação dos recursos naturais contra a degradação humana; • Transmissão de conhecimentos ambientalmente corretos.
DEPOIMENTOS
<p>(T1) – “Conservar, preservar, compreender os instrumentos de uso sustentável de um determinado lugar”.</p> <p>(T2) – “Ação necessária para formar pessoas preocupadas com os problemas ambientais”.</p> <p>(T3) – “Educar e conscientizar sobre a importância da natureza em nossa vida é de suma importância para o meio ambiente sustentável”.</p> <p>(T4) – “O trabalho de conscientizar as pessoas quanto a natureza é importante, e ensiná-las a como cada um pode fazer a sua parte para ajudar na preservação”.</p> <p>(T5) – “Eu entendo que ela se responsabiliza em sensibilizar os indivíduos a respeito das questões ambientais em sua volta”.</p> <p>(T6) – “Trabalhar o público alvo desde a criança até com os adultos sobre a importância do meio ambiente no seu dia a dia”.</p> <p>(T7) – “Ações de conscientização, planejadas estrategicamente para atingir a população e educá-la a respeito”.</p> <p>(T8) – “Conhecer conceitos sobre o meio ambiente e como usá-los diariamente”.</p> <p>(T9) – “A EA é uma ferramenta para levar o indivíduo a entender a importância de se preservar e conservar o meio ambiente”.</p> <p>(T10) – “Orientações para a conscientização de como nossa forma de viver influencia no meio”.</p>

Continua...

...continuação.

CORRENTE CRÍTICA (CARACTERÍSTICAS)
<ul style="list-style-type: none">• Mudança social;• Reflexão política;• Participação ativa das pessoas e grupos na melhoria do ambiente;• Leitura complexa da realidade e contextualização da questão ambiental: aspectos políticos, sociais, econômicos, históricos e culturais;• Emancipação, autonomia e liberdade;• Negação e superação da padronização cultural, a exclusão social e a concentração de renda;• Transformação social para a construção democrática de “sociedades sustentáveis”.
DEPOIMENTOS
(T11) - <i>“Consiste em processos de educação que tem como objetivo desenvolver uma consciência e mudanças de atitudes na relação homem-natureza e homem-homem”.</i>

Fonte: Org. dos autores (2018).

Espaço propício à EA não formal deve promover diálogo que tenha como objetivo a reflexão crítica. Além disso, os técnicos dos parques urbanos precisam trabalhar além da sensibilização de cidadãos para que eles possam julgar com sapiência a melhor via para se alcançar uma sociedade sustentável. Isto ocorrerá somente se as atividades de Educação Ambiental forem capazes de motivar e desafiar os confortos racionais que não ajudam os educandos a interrogarem a conceito do lucro pelo lucro e do individualismo (SILVA; ABÍLIO, 2011).

Sobre exemplos de atividades de Educação Ambiental, a maioria dos técnicos citou atividades que o Parque costuma executar, incluindo palestras, teatro, entre outros. Segue alguns relatos:

“Bem, como minha formação é em história venho fazer uma referência a ações relacionadas a este campo de saber. “Circuito ambiental e cultural, consiste em apresentar a história e o meio ambiente, como por exemplo: conhecer as Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) de Natal e a história da cidade”. “Conhecer para preservar” (T1).

“Palestras sobre a temática ambiental, dinâmicas, contação de história, atividades lúdicas sobre a temática, ações concretas: plantar mudas, separação do lixo, etc” (T11). “Para crianças: contar ou mostrar (através de teatro, fantoches e estórias como “cuidar do meio ambiente”) e esse conteúdo mostrado ser relacionado como outras matérias” (T8).

As atividades pedagógicas citadas ocorrem predominantemente sob ótica preservacionista envolvendo sobre temas biológicos ou ecológicos costumeiramente abordados em Unidades de Conservação (TAMAIÓ; LAYRARGUES, 2014). A linha pedagógica seguida pelo CEA ainda não foi

definida, porém de acordo com as respostas dos questionários alguns citaram que as atividades se baseiam no construtivismo:

[...] “pode-se dizer que é realizado um processo de “construtivista” com o planejamento das visitas” (T1). [...] “Não há uma linha político-pedagógica definida, preestabelecida, mas tem características do construtivismo” (T11).

A Educação Ambiental surge como uma reflexão crítica da realidade do sistema educacional, onde ela propõe um sistema de educação construtivista interdisciplinar, humanizado, consolidando a participação dos diversos atores da sociedade por meio de um sistema de cooperação (VASCONCELLOS, 2002). Segundo o mesmo autor, essa abordagem contribui para uma relação mais harmoniosa e equilibrada entre homem e a natureza. Ou seja, nortear as atividades do CEA em uma linha construtivista é uma boa direção para uma EA mais crítica.

Posteriormente ao questionamento da linha político pedagógica, houve a pergunta sobre como era avaliada a eficácia das atividades desenvolvidas lá. A maioria respondeu de forma inconsistente e dois assumiram ser um ponto que ainda não está definido. Um deles fez o seguinte depoimento:

“Existe o feedback dos grupos agendados. Mas, ainda é um ponto que precisa ser fortalecido em nosso planejamento” (T1).

Sobre as capacitações que a UC recebeu nos últimos anos. Dois técnicos falaram que não houve capacitações, porém o restante citou algumas que já participaram no parque; dentre as mais citadas estão: capacitação sobre Mata Atlântica, Processo de Taxidermia, Unidade de Conservação e Sistema Solar. Vistas estas capacitações citadas, justifica-se o fato de que quando questionados sobre o que seria Conservação do Meio Ambiente, a maioria respondeu de forma racional e consistente, diferentemente de quando falaram sobre meio ambiente e natureza.

Em relação ao público-alvo das atividades de Educação Ambiental, a maioria respondeu que “todos” devem ter a oportunidade de participar. Alguns detalharam:

“Toda a comunidade, compreendendo todos os visitantes” (T1).
“Todos os públicos devem ser levados em consideração. A questão seria mais da linguagem e metodologia ser adaptada a eles” (T5).

Contudo, foi notado que no Parque da Cidade há dificuldade de atingir os usuários que frequentam o ambiente todos os dias, para lazer e prática de exercícios físicos com as atividades voltadas para Educação Ambiental, já que o público do CEA são escolas municipais, estaduais ou particulares e grupos de pessoas agendadas previamente. Os únicos movimentos que existem na área para poder atingir esse público são os cartazes espalhados na área verde e as atividades que ocorrem uma vez por mês, aos sábados.

Percepção sobre Unidade de Conservação: A situação do Parque da Cidade

Os técnicos do CEA também foram interrogados sobre o tema Unidade de Conservação, focado na situação do Parque em questão. Eles foram questionados desde o significado de UC até suas opiniões sobre como o Parque estará daqui a 10 anos. Com isso, sobre a pergunta: “O que você entende por Unidade de Conservação?”, foi notada a falta de conhecimento da lei do SNUC. Dos técnicos, somente 36,36 % citaram que a UC era um local protegido por lei e 75 % deles mostraram conhecimento prévio sobre a lei do SNUC. O restante (63,63 %), apenas demonstrou que UC é um local que deve ser conservado, com frases generalistas e sem muita base teórica (Quadro 5).

Quadro 5: Opiniões dos técnicos do Parque da Cidade sobre o significado de UC

Categorias	Depoimentos
Visões Sobre Unidade De Conservação	<p>Subcategoria – Local de conservação</p> <p>(T2) – “Um espaço em que se conserva\preserva os recursos naturais”.</p> <p>(T3) – “É um espaço destinado a conservar e preservar o bioma local existente”.</p> <p>(T4) – “Um lugar para preservar\conservar o ambiente e os próprios recursos naturais, contidos nele, fauna e flora”.</p> <p>(T5) – “É um local separado por lei em que se usa para conservação do espaço, com características próprias”.</p> <p>(T1) – “É uma reserva ambiental de uso restrito”.</p> <p>(T6) – “Áreas protegidas importantes para conservação e preservação para o meio ambiente”.</p> <p>(T10) – “Um espaço demarcado para conservação”.</p>
	<p>Subcategoria - Área protegida por lei</p> <p>(T7) – “É uma área natural, criada e protegida pelo poder público. É denominada U.C pelo Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC) lei 9985/2000”.</p> <p>(T8) – “Uma área protegida legalmente, dentro de uma ZPA”.</p> <p>(T9) – “São áreas protegidas por lei: (SNUC), nesses locais existe uma relevância da flora e fauna local. Com objetivo de preservar esse espaço para futuras gerações”.</p> <p>(T11) – “São áreas que devido suas características naturais, ambientais relevantes, são instituídas legalmente pelo poder público como áreas protegidas – As diretrizes para instituição e regulamentação dessas áreas são definidas pelo SNUC”.</p>

Fonte: Org.: dos autores (2018).

Seguindo na temática da percepção dos técnicos sobre o Parque da Cidade, eles foram indagados ainda sobre a importância de uma UC como a que trabalham para zona urbana da cidade, com destaques para falas como:

“Eu diria que a conscientização da população é um dos principais objetivos em política de preservação, neste sentido, a Educação Ambiental, é fundamental, pois é através dela que a população da cidade irá adquirir o sentimento de pertença da unidade de conservação”(T1).

“Os cidadãos saem daqui entendendo a importância de um lugar assim, seus benefícios e propagando as informações colhidas por eles”(T5).

“Considero importante. Uma criança; um adulto que deixa de arrancar planta do Parque jogar o papel de bala no chão e entende o sentido de conservar, refletirá na casa, na escola e no bairro (mesmo em passos de formiga)”(T8).

Finalizando o questionário, os técnicos reportaram problemas ambientais enfrentados pelo Parque e sobre suas perspectivas para UC daqui a 10 anos. Os problemas mais citados foram: O sistema sanitário, mais especificamente, a unidade de tratamento de esgotos que não está funcionando por falta de verba governamental e o extravio de espécies na área conservação. Foram comentados também sobre problemas com o desmatamento, resíduos sólidos depositados no solo, péssima gestão de recursos e ocupação indevida. Destacando-se a fala:

“Os problemas ambientais enfrentados pela UC consistem, entre outros, em efeitos de borda (lixo, queimadas no entorno da área – por ser uma área urbanizada). Retirada de espécies da flora (roubo para comercialização, efetivo funcionamento da ETE (que depende de recurso público). Contudo, há ações com objetivo de coibir esses impactos. São ações e medidas constantes pela administração e equipe técnica do Parque” (T11).

Contudo, com algumas falas esperançosas e outras ainda duvidosas, os gestores do CEA esperam em sua maioria que o Parque estará em melhores condições em 10 anos. Foi citado em algumas falas que as melhorias irão depender dos políticos que entrarem nesse meio tempo, pois a UC é de comando Municipal. Segue algumas falas:

“Sabemos que existe um ponto importante para responder esse item, o fato de ser gerenciado\administrado pelo poder público

– onde há muita mudança de gestão. Mas, imagino o Parque daqui a 10 anos como um espaço bem preservado, com áreas recuperadas, com continuidade nas ações de educação ambiental e de conservação\preservação” (T11).

“Espero que cumprindo o objetivo proposto de preservar, oferecer Educação Ambiental, lazer e recreação aqueles que vem conhecer”(T5).

“Em pleno funcionamento, com mais recursos financeiros e de pessoal e com mais suporte dos governantes” (T7).

Nesta questão, Tamaio e Layrargues (2014) comentam que a gestão das áreas verdes é uma controvérsia quando se trata de tornar as atividades EA mais efetivas nesses locais. Os autores comentam que, embora seja possível perceber recentemente o surgimento de iniciativas e movimentos na direção da gestão participativa nas áreas protegidas, o foco ainda são gestões técnicas burocráticas e políticas.

Considerações Finais

A Educação Ambiental é um instrumento que contribui para conservação do Parque e tem cumprido seu papel no Parque Dom Nivaldo Monte. Percebeu-se com a pesquisa que a área verde possui uma equipe multidisciplinar capacitada responsável pelas atividades do CEA, porém mesmo com as capacitações que eles participaram, foi notada uma falta de aprofundamento de conteúdo sobre a temática “Unidade de Conservação”. Poucos foram os que citaram a lei do SNUC em suas falas. Porém, o trabalho exercido pelo Centro de Educação Ambiental, de maneira geral, tem contribuído para sensibilização dos que participam de suas atividades. Ainda existem algumas questões que precisam ser melhoradas, como a forma de avaliar suas ações e a falta de Planejamento Político Pedagógico. Concluiu-se que a linguagem conservacionista e generalizada da Educação Ambiental nos discursos dos técnicos reproduz uma perspectiva ultrapassada de EA.

Os depoimentos apontam problemáticas antigas, principalmente a questão da Estação de Tratamento de Esgoto, que demanda investimento do poder público. Cabe para além dos gestores, a população frequentadora do Parque, manifestarem-se e pressionar o poder público a favor de melhorias e políticas públicas que amenizem a situação negatizada Unidade de Conservação, gerando assim uma gestão mais participativa. Além disso, é desejável investimento na divulgação das atividades do Parque para que seja atraído um maior público para as atividades voltadas à Educação Ambiental.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro; à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por tornar possível o título de mestra da autora.

Referências

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Tradução: Maria João Alvarez; Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto – PT: Porto Editora, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2000.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix/Amana Key, 1996.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2003.

CERATI, T. M.; SOUZA, A.Q. Educação Ambiental e Percepção: O Caso do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, São Paulo, Brasil. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v.23, p.232-250, 2009.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2001.

GADOTTI, M. A questão da Educação formal/não-formal. *In: Institut International des Droits de l'enfant (ide) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?* Sion, Suíça, 18 a 22 outubro 2005.

GOMES, M. A. S. Urban parks, global politics sustainable development. **Mercator**, [s.l.], v. 13, n. 2, p.79-90, 26 set. 2014.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. *In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). Identidades da educação ambiental brasileira*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p.33-50, 2005.

LAYRARGUES, P. P. Para onde vai a Educação Ambiental? O Cenário Político-Ideológico da Educação Ambiental Brasileira e os Desafios de uma Agenda Política Crítica Contra-Hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v.7, n.14, p.398-421, 2012.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. *In: LEFF, E. (Org.). A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, A.E.F.; ROCHA, N. M. M. Dinâmica dos parques urbanos de Fortaleza-CE: Considerações sobre o parque Rio Branco. **Conexões: Ciência e Tecnologia**, Ceará, v.3, n.1, p.53-61, 2009.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, v.1, n.1, p.125-139, 2005.

MACEDO, S.S.; SAKATA, F.G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

MORIN, E.; CIURANA, E.R.; MOTTA, R.D. **Educar na era planetária**. São Paulo: Cortez, 2003.

NEIMAN, Z; RABINOVICI, A. O cerrado como instrumento para educação ambiental em atividades de ecoturismo. *In*: NEIMAN, Z. (Org). **Meio ambiente, educação ambiental e ecoturismo**. São Paulo: Manole, 2002.

SEMURB. **Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte**. 2017. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/parquedadacidade/>>. Acesso em: 15 jun.2017

SILVA, T. S.; LUCENA, M. M. A.; FREIRE, E. M. X.; CANDIDO, G. A. Conservação da Caatinga: Interdisciplinaridade e Percepção de Comunidades do Semiárido. *In*: FREIRE, E.M.X.; CÂNDIDO, G.A.; AZEVEDO, P.V. (Org.). **Múltiplos olhares sobre o semiárido brasileiro**: perspectivas interdisciplinares. 1ed. Natal-RN: EDUFRN, 2011, v. 1, p. 11-35.

TAMAIIO, I. **O professor na construção do conceito de natureza**: uma experiência de educação ambiental. São Paulo: Annablume: WWF, 2002.

TAMAIIO, I.; LAYRARGUES, P.P. Quando o parque (ainda) não é nosso. Educação ambiental, pertencimento e participação social no Parque Sucupira, Planaltina (DF). **Espaço & Geografia**, Brasília, v.1, n.17, p.145-182, 2014.

VASCONCELLOS, H.S.R. (Coord. e Rel.). **Inovação pedagógica?** A educação ambiental em saúde no currículo da escola pública. Relatório de Projeto Integrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio/CNPq, 2002.